CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dinheiro público no Dark Horse: Por que Dino puxou para o STF investigação que chegou ao filme sobre Bolsonaro

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Joaquim de Carvalho
Data de publicação	10/09/2026 18:20
URL original	https://www.brasil247.com/blog/dinheiro-publico-no-dark-horse-por-que-dino-puxou-para-o-stf-investigacao-que-chegou-ao-filme-sobre-bolsonaro/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino, André Mendonça
Organizações	Polícia Federal, Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Ministério da Ciência, Ministério do Esporte, Instituto Super Poder, Google
Data da coleta	29/09/2026 10:06
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 16:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Depois de receber os recursos, o ICB distribuiu milhões para empresas como Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

A decisão do ministro Flávio Dino de avocar para o Supremo Tribunal Federal a investigação conduzida pela Polícia Civil de São Paulo não decorre apenas das suspeitas envolvendo o contrato milionário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) com a Prefeitura paulistana. Karina também controla a Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse – filme focado no evento de Juiz de Fora que envolve Jair Bolsonaro e Adélio Bispo de Oliveira –, no qual Frias aparece como produtor executivo.

A decisão do ministro Flávio Dino de avocar para o Supremo Tribunal Federal a investigação conduzida pela Polícia Civil de São Paulo não decorre apenas das suspeitas envolvendo o contrato milionário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) com a Prefeitura paulistana.

Há uma segunda frente, decisiva para entender por que o caso foi parar no STF: a suspeita de desvio de recursos federais provenientes de emendas parlamentares, inclusive R$ 2 milhões destinados pelo deputado federal Mário Frias ao ICB, entidade presidida por Karina Ferreira da Gama.

Karina também controla a Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse – filme focado no evento de Juiz de Fora que envolve Jair Bolsonaro e Adélio Bispo de Oliveira –, no qual Frias aparece como produtor executivo.

A investigação federal já estava sob a relatoria de Dino. E, à medida que Polícia Federal e Polícia Civil avançaram, os investigadores encontraram os mesmos personagens, entidades e empresas circulando nas duas frentes.

De um lado, dezenas de milhões de reais pagos pela Prefeitura de São Paulo ao ICB.

Do outro, dinheiro de emendas parlamentares destinado ao mesmo instituto.

Na ponta dessa rede, movimentações financeiras chegaram à Go Up justamente no período de produção de Dark Horse.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

A decisão não estabelece como fato consumado que dinheiro público pagou o filme. Mas revela que a Polícia Federal passou a investigar precisamente essa possibilidade.

O caso das emendas de Mário Frias é central.

Segundo a decisão de Dino, o ICB recebeu integralmente R$ 2 milhões em recursos federais, provenientes de duas emendas parlamentares de autoria de Frias, as emendas nº 202444230008 e nº 202444230014.

Cada uma abasteceu um termo de fomento de R$ 1 milhão.

Os recursos foram formalizados pelos Termos de Fomento nº 971232 e nº 964068.

O primeiro foi firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O segundo, com o Ministério do Esporte.

E a execução dos dois projetos passou a ser duramente questionada pelos órgãos de controle e pela investigação.

O Termo de Fomento nº 964068, firmado entre o ICB e o Ministério do Esporte, recebeu R$ 1 milhão da emenda de Mário Frias.

O objetivo oficial era implementar o projeto “Lutando Pela Vida”, no Estado de São Paulo. A CGU encontrou problemas desde a escolha do ICB, apontando insuficiência na comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, dependência de terceiros para executar o objeto e fragilidades nos planos de trabalho.

Mas o dado mais contundente aparece na cronologia.

Embora o termo fosse de 2024 e tivesse vigência iniciada no final daquele ano, a investigação registra que somente em 2026 apareceu alguma tentativa de execução.

E, mesmo assim, segundo a representação reproduzida na decisão de Dino, não havia “notícia confiável da efetiva entrega dos produtos ou prestação dos serviços”.

Em outras palavras: R$ 1 milhão de uma emenda de Mário Frias foi liberado para o ICB, mas a investigação não encontrou comprovação confiável de que aquilo que justificava o recebimento do dinheiro público tivesse sido efetivamente entregue.

O outro Termo de Fomento, nº 971232, foi firmado entre o ICB e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também recebeu R$ 1 milhão.

O projeto deveria desenvolver uma metodologia de letramento digital e empreendedorismo para capacitar adultos e adolescentes e produzir materiais destinados a crianças do 4º e 5º anos de escolas públicas municipais.

A situação desse termo é ainda mais grave.

O instrumento expirou em janeiro de 2026. Quando o ICB posteriormente pediu prorrogação, o MCTI indeferiu o pedido por considerá-lo extemporâneo.

O instituto apresentou apenas um relatório parcial de execução, sem a prestação de contas final exigida.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Em 9 de julho de 2026, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação emitiu parecer técnico rejeitando as contas em razão da “frustração do objeto pactuado”.

Portanto, os R$ 2 milhões de Frias não aparecem na investigação apenas porque foram destinados a uma entidade ligada à produtora do filme.

Os órgãos de controle encontraram problemas concretos na execução dos dois instrumentos que receberam esse dinheiro.

Em um deles, não havia notícia confiável da efetiva entrega dos produtos ou serviços. No outro, o próprio ministério concluiu pela frustração do objeto e rejeitou as contas.

A investigação avançou então sobre o destino dos recursos.

No Termo de Fomento nº 971232, o ICB contratou, entre outras empresas, a Dinâmica Editora, por R$ 400 mil, e o Instituto Super Poder/Super Leitores, por R$ 300 mil.

Ou seja, R$ 700 mil do R$ 1 milhão recebido pelo ICB foram destinados apenas a essas duas empresas.

A Polícia Federal identificou vínculos dessas empresas com o núcleo empresarial de Heric Fabiano Dias.

É justamente nesse ponto que aparece uma das conexões financeiras mais sensíveis com Dark Horse.

Outra empresa ligada a Heric, a NTT Brasil, transferiu R$ 750 mil para a Go Up Entertainment, produtora do filme.

A proximidade entre os valores — cerca de R$ 700 mil recebidos por empresas desse núcleo e R$ 750 mil posteriormente enviados pela NTT à Go Up — chamou a atenção da investigação.

A própria decisão ressalva que os elementos disponíveis ainda não permitem afirmar que os R$ 750 mil enviados pela NTT à Go Up eram exatamente os mesmos recursos recebidos do ICB.

Mas a proximidade dos valores, das datas, das relações empresariais e a falta de execução substancial do objeto financiado foram consideradas relevantes pela Polícia Federal.

É por isso que a investigação trabalha com a hipótese de que recursos públicos possam ter percorrido empresas intermediárias antes de chegar à produtora.

Há ainda uma segunda conexão direta entre Mário Frias e a Go Up.

Durante o período analisado, o deputado transferiu R$ 645,4 mil de seus próprios recursos para a produtora de Dark Horse.

A PF considerou a movimentação incompatível com os rendimentos mensais identificados do parlamentar, de aproximadamente R$ 44 mil, e passou a questionar o lastro financeiro das transferências. A informação também foi divulgada nesta quinta-feira pela imprensa a partir da investigação.

A coincidência temporal é particularmente relevante.

Dark Horse foi filmado em São Paulo entre 20 de outubro e 7 de dezembro de 2025.

A movimentação financeira da Go Up analisada pelos investigadores compreende o período de 10 de novembro a 30 de dezembro.

Em menos de dois meses, a produtora movimentou cerca de R$ 19 milhões.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Entre os recursos que entraram estavam R$ 2,614 milhões da GO7, outra empresa ligada a Karina Gama; R$ 750 mil da NTT Brasil; e R$ 645,4 mil de Mário Frias.

E, do outro lado da conta, aparecem pagamentos de R$ 906,7 mil ao Hotel Unique, R$ 653 mil à Foodflix e centenas de milhares de reais a empresas de produção audiovisual.

Ou seja: enquanto o filme estava sendo produzido, milhões circulavam pela empresa responsável pela obra — inclusive recursos provenientes de pessoas e empresas inseridas na investigação.

A outra trilha: os milhões da Prefeitura de São Paulo

Paralelamente às emendas federais, a Polícia Civil paulista investigava outra fonte de recursos do ICB: a Prefeitura de São Paulo.

Em uma das movimentações analisadas, a administração municipal aparece como a principal remetente de dinheiro ao instituto, com R$ 47.345.605 em apenas 14 lançamentos.

Depois de receber os recursos, o ICB distribuiu milhões para empresas como Complexsys, Fastfuture, Ultra IP e Urban Connect.

A investigação apontou que algumas dessas empresas passaram a redistribuir recursos dentro da própria rede.

Parte do dinheiro chegou, por exemplo, à Academia Nacional de Cultura, também presidida por Karina Gama.

A conclusão reproduzida na decisão é grave: os investigadores identificaram fortes indícios de retorno de recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela organização, com potencial caracterização de desvio e lavagem de dinheiro.

É a união dessas duas trilhas que explica por que Flávio Dino avocou a investigação paulista.

O inquérito da Polícia Federal foi instaurado em junho de 2026 por determinação do próprio Dino para apurar as conclusões da CGU sobre emendas parlamentares, incluindo as duas de Mário Frias destinadas ao ICB.

A investigação abrangia justamente o ICB, a Academia Nacional de Cultura, Karina Gama e as empresas contratadas nos Termos de Fomento nº 971232 e nº 964068.

Quando a Polícia Civil de São Paulo começou a investigar a movimentação dos recursos municipais, encontrou personagens e empresas que também apareciam na investigação federal.

A PF sustentou ao Supremo que não se tratava de dois esquemas independentes.

Segundo a representação reproduzida por Dino, a leitura conjunta dos elementos mostraria que os fatos investigados pela Polícia Civil paulista e aqueles apurados pela Polícia Federal “não configuram episódios autônomos ou desvios paralelos”, mas manifestações de um mesmo contexto delitivo, dentro de uma estrutura associativa voltada ao desvio e à ocultação de recursos públicos.

A autoridade policial acrescentou que a conexão probatória seria “direta e substancial” e defendeu a reunião das investigações, especialmente porque há no caso um agente com prerrogativa de foro: o deputado federal Mário Frias.

É esse o ponto fundamental.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Dino não avocou simplesmente uma investigação da Polícia Civil sobre dinheiro da Prefeitura de São Paulo.

A investigação paulista colidiu com outra, já conduzida pela Polícia Federal sob supervisão do STF, sobre suspeitas de desvio de dinheiro de emendas parlamentares federais.

E as duas chegaram aos mesmos personagens.

A dimensão do caso fica mais clara quando as duas frentes são colocadas lado a lado.

De um lado, há dezenas de milhões de reais provenientes da Prefeitura de São Paulo e distribuídos pelo ICB a empresas que, segundo a investigação, voltavam a movimentar recursos entre entidades e pessoas relacionadas ao mesmo núcleo.

Do outro, há R$ 2 milhões de emendas de Mário Frias enviados ao mesmo ICB para dois projetos cuja execução apresentou graves problemas: um sem comprovação confiável da efetiva entrega dos produtos e serviços e outro que terminou com rejeição das contas pelo MCTI por frustração do objeto.

A representação policial foi além. Ela sustenta que as diligências indicam possível organização criminosa, integrada por Mário Frias, que teria direcionado verbas federais provenientes de emendas para entidades presididas por Karina Gama, mediante contratos sob suspeita e execução incompatível com as finalidades previstas.

A PF também atribui aos investigados, em caráter de hipótese criminal a ser comprovada, a possível utilização de contratações simuladas, pagamentos sem comprovação suficiente da contraprestação e fornecedores com vínculos pessoais, políticos ou comerciais com o núcleo investigado.

E uma das empresas situadas no final dessa rede financeira é justamente a produtora do filme sobre Bolsonaro.

Isso não permite afirmar, ainda, que os R$ 2 milhões das emendas de Frias ou os milhões pagos pela Prefeitura tenham sido diretamente usados para pagar Dark Horse.

Mas permite formular uma pergunta muito mais concreta do que havia no início da investigação:

dinheiro público destinado a projetos sociais, esportivos, tecnológicos e a contratos municipais foi desviado, pulverizado entre empresas relacionadas e posteriormente utilizado para financiar a produção do filme sobre Jair Bolsonaro?

E dessa pergunta surge outra: Onde foram parar os 65 milhões que Flávio Bolsonaro recebeu do “irmãozão” Daniel Vorcaro, a título de financiamento do filme?

A hipótese de que tenha sido propina para a família Bolsonaro ganha força, e pode ser comprovada ao final dessa investigação, o que levaria outros integrantes da família de Jair à cadeia.

É essa a dúvida que a Polícia Federal agora precisa elucidar e, nesse sentido, a colaboração de Karina Gama é fundamental, e poderia livrá-la de uma medida mais severa, além das que já estão em vigor, como a proibição de deixar o País.

Karina é o elo mais frágil dessa corrente criminosa.

Na busca pela verdade, a investigação que começou na Polícia Civil de São Paulo terminará no gabinete de Flávio Dino, no Supremo Tribunal Federal, um ministro sem as amarras do governo de São Paulo e do ministro André Mendonça.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse | Karina Gama | flávio bolsonaro | flávio dino | mário frias | prefeitura | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/blog/dinheiro-publico-no-dark-horse-por-que-dino-puxou-para-o-stf-investigacao-que-chegou-ao-filme-sobre-bolsonaro/ · Coletado em 29/09/2026 10:06 · Gerado em 27/11/2026 23:55

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.